



# **Poder Judiciário do Maranhão Tribunal de Justiça Assessoria de Comunicação**

**Clipping Impresso**

**Terça, 18 de fevereiro de 2014**

# Presidente do TJMA destaca a importância da Justiça de 1º grau

DIVULGAÇÃO

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, participa, em Brasília, nos dias 17 e 18 de fevereiro, da "1ª Audiência Pública sobre Eficiência do 1º grau de Jurisdição e Aperfeiçoamento Legislativo voltado ao Poder Judiciário", a primeira do tipo promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Cleonice Freire foi habilitada para se manifestar no primeiro bloco temático, destinado à discussão sobre eficiência na Justiça de primeiro grau. Nesse bloco, estão em debate subtemas como a alocação equitativa de servidores, cargos em comissão e funções de confiança, orçamento e 1º grau de jurisdição e gestão participativa.

No plenário do CNJ, a presidente destacou que a maior

parte dos servidores da Justiça estadual maranhense atua na prestação dos serviços judiciais de primeira instância, reforçando a importância da contribuição da Justiça de 1º grau para uma prestação jurisdicional eficiente.

O segundo bloco temático foi dedicado ao debate sobre extinção ou redução da competência delegada, desjudicialização da execução fiscal e composição da justiça eleitoral.

Também participaram da audiência pública os juízes Nilo Ribeiro e Ribamar Castro (auxiliares da presidência), Márlon Reis (coordenador do Planejamento Estratégico do TJMA) e Mário Márcio Sousa (coordenador do Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça).



**CLEONICE FREIRE** destacou que a maior parte dos servidores da Justiça maranhense atua no 1º grau

## Presidente do TJMA destaca a importância da Justiça de 1º grau na eficiência da prestação jurisdicional



No plenário do CNJ, Cleonice Freire destacou que a maior parte dos servidores da Justiça maranhense atua no 1º grau

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, participa, em Brasília, nos dias 17 e 18 de fevereiro, da "1ª Audiência Pública sobre Eficiência do 1º grau de Jurisdição e Aperfeiçoamento Legislativo volta-

do ao Poder Judiciário", a primeira do tipo promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Cleonice Freire foi habilitada para se manifestar no primeiro bloco temático, destinado à discussão sobre eficiência na Justiça de primeiro grau.

Nesse bloco, estão em debate subtemas como a alocação equitativa de servidores, cargos em comissão e funções de confiança, orçamento e 1º grau de jurisdição e gestão participativa.

No plenário do CNJ, a presidente destacou

que a maior parte dos servidores da Justiça estadual maranhense atua na prestação dos serviços judiciais de primeira instância, reforçando a importância da contribuição da Justiça de 1º grau para uma prestação jurisdicional eficiente.

O segundo bloco temático foi dedicado ao debate sobre extinção ou redução da competência delegada, desjudicialização da execução fiscal e composição da justiça eleitoral.

Também participaram da audiência pública os juízes Nilo Ribeiro e Ribamar Castro (auxiliares da presidência), Márlon Reis (coordenador do Planejamento Estratégico do TJMA) e Mário Márcio Sousa (coordenador do Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça).

## **Turmas Recursais do TJMA diminuem tempo de julgamentos**

As Turmas Recursais – órgãos do Tribunal de Justiça do Maranhão que julgam recursos em processos de juizados especiais – diminuiram consideravelmente o tempo para julgamento dos recursos. Somente a Turma Recursal de São Luís está julgando cerca de dois mil processos por mês, praticamente a mesma quantidade mensal recebida.

As Turmas foram reestruturadas por meio da Resolução nº 56/2012, com o fim de diminuir o acúmulo e processos nas comarcas de São Luís e Imperatriz, com a criação de seis novas unidades (Bacabal, Balsas, Chapadinha, Caxias, Presidente Dutra e Pinheiro) e a reformulação a Turma Recursal de São Luís, que passou a funcionar com juízes em regime de dedicação exclusiva.

Segundo o presidente da Turma Recursal de São Luís, Marco Antonio Neto Teixeira, de agosto a dezembro de 2013 foram julgados cerca de sete mil recursos antigos, além de liquidados outros oito mil que dependiam de atos processu-

ais, o que diminuiu consideravelmente o acervo da Turma, que era superior a 20 mil recursos.

“Até o final de março julgaremos todos os processos de 2011, ficando apenas com processos dos anos de 2012 em diante”, informa.

De acordo com o magistrado, a demanda de processos recebidos pela Turma não sofreu diminuição relevante, mas a nova estruturação com juízes exclusivos permite um equilíbrio entre a quantidade de processos recebidos e a de julgados.

**BACABAL** – O juiz Marcelo Moreira, da Turma Recursal de Bacabal, também avalia uma efetiva diminuição no tempo de julgamento dos recursos e o fim do envio de processos das comarcas do interior para São Luís. Em Bacabal, os recursos que aguardavam anos estão sendo solucionados em um ou dois meses. “Isso demonstra uma efetividade da Lei 9.099/95, que foi criada para dar celeridade aos processos dos juizados especiais”, avalia.



OS MAGISTRADOS participaram da reunião com a presidente do TJMA

# TJMA vai ouvir população sobre serviços do Judiciário

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão vai ampliar a realização de audiências públicas com a comunidade nas comarcas do interior. A proposta foi apresentada pelo ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten, durante reunião com a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire e magistrados, no Fórum de São Luís, para colher sugestões sobre o funcionamento do órgão. No encontro, a presidente do TJMA também reforçou a importância da contribuição da Justiça de 1º grau para uma prestação jurisdicional eficiente.

Paulo Velten destacou que reclamações sobre a morosidade processual correspondem a 77% (1.821) do total das manifestações recebidas pela Ouvidoria por meio dos diversos canais disponíveis ao cidadão. A segunda queixa diz respeito ao atendimento dos servidores. "Já temos um panorama. A ideia é discutirmos as soluções com os juizes", disse.

O ouvidor solicitou o apoio

e o envolvimento dos magistrados, ressaltando que as novas ações darão prosseguimento ao trabalho exitoso desenvolvido nas gestões anteriores pelos desembargadores José Bernardo Rodrigues e Lourival Serejo.

**MUDANÇA** – Entre as ações apresentadas para o biênio incluem-se audiências públicas em locais estratégicos, como nos órgãos do Poder Legislativo e a mudança da sede da Ouvidoria do Shopping Jaracaty para o Fórum de São Luís, – a fim de que a participação dos usuários ocorra no local onde a prestação jurisdicional acontece.

"É no contexto da Justiça democrática de proximidade que se avulta o papel da Ouvidoria, que não deve ser um órgão de representatividade apenas, mas que incorpora as suas ações como princípio republicano, ouvindo a manifestação do cidadão e recebendo o que se pode trazer de novidade ao Judiciário. AI está a grande questão", salientou o ouvidor-geral.

A juíza Sônia Amaral sugere

riu que antes das audiências públicas houvesse uma introdução sobre o papel da Justiça estadual, e que o mesmo trabalho de conscientização sobre Justiça e cidadania fosse feito nas escolas.

Sobre o assunto, a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, adiantou que já está em elaboração plano de ação que visa a promoção de palestras para crianças e adolescentes das escolas públicas e particulares sobre direitos e deveres, além da prevenção contra o uso e o tráfico de drogas.

A juíza Lidiane Melo de Sousa (comarca de Açailândia) falou sobre a dificuldade no cumprimento de cartas precatórias em outros estados e a falta de estabelecimentos para internações compulsórias de menores.

**A PRESIDENTE** do Tribunal de Justiça do Estado, desembargadora Cleonice Freire, está desde ontem em Brasília, participando da "1ª Audiência Pública sobre Eficiência do 1º grau de Jurisdição e Aperfeiçoamento Legislativo voltado ao Poder Judiciário", a primeira do tipo promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**NO CAPÍTULO:** Cleonice Freire foi habilitada para se manifestar no primeiro bloco temático, destinado à discussão sobre eficiência na Justiça de primeiro grau. Nesse bloco, estão em debate subtemas como a alocação equitativa de servidores, cargos em comissão e funções de confiança, orçamento e 1º grau de jurisdição e gestão participativa.

## Juízes auxiliares iniciam correições ordinárias

Acompanhados de assessores, os juízes corregedores José Américo Costa e Tyrone José Silva, deram início ontem (17) a uma série de correições ordinárias que contemplam as comarcas de Arari, Anajatuba e Cantanhede. As correições acontecem até o próximo dia 21.

De acordo com o calendário das correições gerais ordinárias

e extraordinárias, no próximo mês, 10 a 14 de março, as correições acontecem em Lago da Pedra e Paulo Ramos. As comarcas de São Raimundo das Mangabeiras, Carolina e Balsas acontecem de 24 a 28 de março. Nessa última comarca, a correição é extraordinária.

O calendário já traz a previsão das correições extraordi-

nárias que estão previstas para acontecer nas comarcas ao longo do ano de 2013. Senador La Roque (maio), 2ª Vara de Família e 2º Juizado Especial Cível de Imperatriz (julho), 1ª Vara de Caxias (agosto), Vara da Fazenda Pública de Imperatriz (setembro), 9ª Vara Criminal de São Luís e Bom Jardim (novembro).

# Começam correições em três comarcas do interior do MA

**A**té o próximo dia 21, acontecerá correições ordinárias nas comarcas de Anajatuba, Arari e Cantanhule. Os trabalhos começaram na manhã de ontem com os juizes corretores José Américo Costa e Tyrone José Silva.

De acordo com o calendário das correições gerais ordinárias e extraordinárias, no próximo mês, 10 a 14 de março, as correições acontecem em Lago da Pedra e Paulo Ramos. As comarcas de São Raimundo das Mangabeiras, Carolina e Balsas acontecem de 24 a 28 de março. Nessa última comarca, a correição é extraordinária.

O calendário já traz a previsão das correições extraordinárias que estão previstas para acontecer nas comarcas ao longo do ano de 2013. Senador La Rocque (maio), 2ª Vara de Família e 2º Juizado Especial Cível de Imperatriz (julho), 1ª Vara de Causas (agosto), Vara da Fazenda Pública de Imperatriz (setembro), 9ª Vara Criminal de São Luís e Bom Jardim (novembro).

As correições ordinárias e extraordinárias fazem parte do calendário oficial da corregedoria. Além das comarcas do interior, varas e Juizados Especiais da Comar-



Casa da Justiça, em Anajatuba, onde começou a correição ordinária que vai acontecer até dia 21 deste mês

ca de São Luís também passarão por correição ao longo de 2014.

**Eficiência** - A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, de-

sembargadora Cleonice Freire, participa, em Brasília, nos dias hoje e amanhã, da "1ª Audiência Pública sobre Eficiência do 1º grau de Jurisdição e Aperfeiçoamento

Legislativo voltado ao Poder Judiciário", promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Cleonice Freire foi habilitada para se manifestar no primeiro bloco temático, destinado à discussão sobre eficiência na Justiça de primeiro grau. Nesse bloco, estão em debate subtemas como a alocação equitativa de servidores, cargos em comissão e funções de confiança, orçamento e 1º grau de jurisdição e gestão participativa.

No plenário do CNJ, a presidente destacou que a maior parte dos servidores da Justiça estadual maranhense atua na prestação dos serviços judiciais de primeira instância, reforçando a importância da contribuição da



## MONTES ALTOS

# MPMA obtém anulação de júri que inocentou acusado de homicídio

A pedido da Promotoria de Justiça da Comarca de Montes Altos, o Tribunal de Justiça do Maranhão anulou, em 3 de fevereiro de 2014, o Júri que absolveu João Batista Bandeira Gomes, acusado de matar Claudivino Rocha Souza, irmão do prefeito de Montes Altos, Valdivino Rocha. Um novo julgamento terá que ser realizado.

O recurso de apelação foi assinado pelo promotor de justiça Ossian Bezerra Pinto Filho. No Tribunal de Justiça, o relator do processo foi o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

No dia 30 de setembro de 2013, o acusado foi submetido a julgamento no salão do júri da Comarca de Montes Altos, tendo sido absolvido pelos jurados que, por maioria (4x3), acolheram a tese de legítima defesa.

"A tese admitida fundou-se unicamente na palavra do acusado, sendo diametralmente oposta a todas as provas dos autos, inclusive no Laudo de Exame Cadavérico, em que foi claramente demonstrado que o disparo de arma de fogo foi efetuado a uma distância razoável, não tendo o tiro sido desferido

encostado no corpo da vítima, característica comum aos casos em que há luta corporal", afirmou o promotor de justiça Ossian Bezerra Pinto Filho, explicando as razões do pedido de anulação do júri.

**OCRIME** - Em 11 de julho de 2011, Claudivino Rocha Souza foi atingido por um disparo de arma de fogo, causando-lhe a morte, efetuado por João Batista Bandeira Gomes, proprietário de um bar localizado no centro do município de Montes Altos.

Segundo a Denúncia do MPMA, o proprietário do estabelecimento, assim teria agido no intuito de impedir que a vítima entrasse no local e consumisse bebida alcoólica, tendo efetuado o disparo fatal sem que houvesse luta corporal ou mesmo qualquer intimidação por parte da vítima.

"Como defensor da sociedade, o Ministério Público não poderia permanecer inerte ante a injustiça social oriunda de uma decisão como essa", declarou Ossian Bezerra.

O município de Montes Altos fica localizado a 689 km de São Luís.

## AUDIÊNCIA



Presidente do TJMA destaca a importância da Justiça de 1º grau

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, participa, em Brasília, nos dias 17 e 18 de fevereiro, da "1ª Audiência Pública sobre Eficiência do 1º grau de Jurisdição e Aperfeiçoamento Legislativo voltado ao Poder Judiciário", a primeira do tipo promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Cleonice Freire foi habilitada para se manifestar no primeiro bloco temático, destinado à discussão sobre eficiência na Justiça de primeiro grau. Nesse bloco, estão em debate subtemas como a alocação equitativa de servidores, cargos em comissão e funções de confiança, orçamento e 1º grau de jurisdição e gestão participativa.



# **Poder Judiciário do Maranhão Tribunal de Justiça Assessoria de Comunicação**

**Clipping Digital**

**Terça, 18 de fevereiro de 2014**

## TJMA vai ouvir população sobre serviços do Judiciário

Publicação: 17/02/2014 19:38



A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão vai ampliar a realização de audiências públicas com a comunidade nas comarcas do interior. A proposta foi apresentada pelo ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten, durante reunião com a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire e magistrados, no Fórum de São Luís, para colher sugestões sobre o funcionamento do órgão. No encontro, a presidente do TJMA também reforçou a importância da contribuição da Justiça de 1º grau para uma prestação jurisdicional eficiente.

Paulo Velten destacou que reclamações sobre a morosidade processual correspondem a 77% (1.821) do total das manifestações recebidas pela Ouvidoria por meio dos diversos canais disponíveis ao cidadão. A segunda queixa diz respeito ao atendimento dos servidores. "Já temos um panorama. A ideia é discutirmos as soluções com os juízes", disse.

O ouvidor solicitou o apoio e o envolvimento dos magistrados, ressaltando que as novas ações darão prosseguimento ao trabalho exitoso desenvolvido nas gestões anteriores pelos desembargadores José Bernardo Rodrigues e Lourival Serejo.

**MUDANÇA** - Entre as ações apresentadas para o biênio incluem-se audiências públicas em locais estratégicos, como nos órgãos do Poder Legislativo e a mudança da sede da Ouvidoria do Shopping Jaracaty para o Fórum de São Luís, – a fim de que a participação dos usuários ocorra no local onde a prestação jurisdicional acontece.

"É no contexto da Justiça democrática de proximidade que se avulta o papel da Ouvidoria, que não deve ser um órgão de representatividade apenas, mas que incorpora as suas ações como princípio republicano, ouvindo a manifestação do cidadão e recebendo o que se pode trazer de novidade ao Judiciário. Aí está a grande questão", salientou o ouvidor-geral.

A juíza Sônia Amaral sugeriu que antes das audiências públicas houvesse uma introdução sobre o papel da Justiça estadual, e que o mesmo trabalho de conscientização sobre Justiça e cidadania fosse feito nas escolas.



Serviços do Judiciário - 17/02/2014 às 23h36

## **TJMA vai ouvir população sobre serviços do Judiciário**

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão vai ampliar a realização de audiências públicas com a comunidade nas comarcas do interior. A proposta foi apresentada pelo ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten, durante reunião com a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire e magistrados, no Fórum de São Luís, para colher sugestões sobre o funcionamento do órgão. No encontro, a presidente do TJMA também reforçou a importância da contribuição da Justiça de 1º grau para uma prestação jurisdicional eficiente.

Paulo Velten destacou que reclamações sobre a morosidade processual correspondem a 77% (1.821) do total das manifestações recebidas pela Ouvidoria por meio dos diversos canais disponíveis ao cidadão. A segunda queixa diz respeito ao atendimento dos servidores.